

I – 1(um) Procurador da Assembleia Legislativa integrante do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa – QSAL – SQC II; II – 3 (três) servidores efetivos integrantes do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa – QSAL – SQC II.

Parágrafo único – Para efeito do disposto no “caput” deste artigo e para a organização dos serviços, poderá a Mesa Diretora autorizar que o Procurador a que se refere o inciso I mantenha sua lotação na Procuradoria, podendo ser designado para exercer as funções no Gabinete da Corregedoria Parlamentar, com ou sem prejuízo das demais atribuições inerentes ao cargo.

Artigo 4º – O inciso I do artigo 1º da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996, fica acrescido da seguinte alínea:
"1 – Da Mesa e das Representações Partidárias

(...)

R – Gabinete da Corregedoria Parlamentar.” (NR)

Artigo 5º – Os cargos do SQC-I do Quadro de Servidores da Assembleia Legislativa – QSAL ficam acrescidos daqueles constantes no artigo 2º desta resolução.

Artigo 6º – O anexo IV, Subanexo II – Subquadro de Cargos em Comissão – SQC-I, a que se refere o artigo 43 da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996, com alterações posteriores, fica modificado relativamente ao total de cargos de Assessor Especial Parlamentar e Assistente Legislativo Administrativo, na conformidade do disposto no artigo 2º desta resolução.

Artigo 7º – A jornada de trabalho dos servidores de que trata esta resolução será a mesma dos demais servidores do QSAL, de 40 (quarenta) horas semanais, cumprida em local e de acordo com o determinado pelo titular do gabinete.

Artigo 8º – A Mesa Diretora editará os atos complementares necessários ao desempenho das atividades da Corregedoria Parlamentar.

Artigo 9º – As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 10 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 30 de abril de 2015.

a) FERNANDO CAPEZ - Presidente

Atos

ATO Nº 104, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único, da XIV Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação do Requerimento nº638, de 2015, nomeia o Deputado Coronel Telhada para compor Comissão de Representação com a finalidade de participar, na Câmara dos Deputados, da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993 – Maioridade Penal, do Senhor Benedito Domingos e outros, que “altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de 16 anos) e apensadas”, no dia 06 de maio em Brasília- DF.

Assembleia Legislativa, em 30 de abril de 2015.

a) Fernando Capez - Presidente

ATO Nº 105, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único, da XIV Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação do Requerimento nº 639, de 2015, nomeia a Deputada Beth Sahnão para compor Comissão de Representação com a finalidade de realizar reuniões a serem agendadas dentro do período de trinta dias, junto à Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde e junto ao Ministério da Saúde, para acompanhar as providências a serem tomadas, visando o combate aos casos de dengue no Estado de São Paulo.

Assembleia Legislativa, em 30 de março de 2015.

a) Fernando Capez - Presidente

ATO Nº 106, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista que os Líderes do Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Popular Socialista – PPS, Partido Popular – PP, e Partido Verde – PV renunciaram às vagas destinadas às suas agremiações nas Comissões de Infraestrutura, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Finanças, Orçamento e Planejamento, de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Fiscalização e Controle, respectivamente, observada a indicação dos Líderes, nomeia os Deputados abaixo relacionados para ocuparem as vagas nas seguintes Comissões:

Comissão de Infraestrutura	
Membro Efetivo	Deputado Gileno Gomes – PSL
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
Membro Efetivo	Deputado Chico Sardelli - PV
Membro Substituto	Deputado Marcos Neves - PV
Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento	
Membro Efetivo	Deputado Paulo Corrêa Jr. - PEN
Membro Substituto	Feliciano Filho - PEN

Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais	
Membro Efetivo	Deputado Igor Soares – PTN
Comissão de Fiscalização e Controle	
Membro Efetivo	Deputado Fernando Cury - PPS
Membro Substituto	Davi Zaia - PPS
Sala das Sessões, em 30/04/2015.	
a) FERNANDO CAPEZ - Presidente	

ATO Nº 107, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores – PT, nomeia:

- na Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, a Deputada Ana do Carmo como membro efetivo, em substituição ao Deputado Marcos Martins, que passa à condição de substituto, e o Deputado Luiz Turco como substituto, em substituição à Deputada Beth Sahnão;

- na Comissão de Assuntos Desportivos, o Deputado Alencar Santana Braga como membro efetivo, em substituição ao Deputado Professor Auriel, e a Deputada Ana do Carmo como substituto, em substituição à Deputada Beth Sahnão;

- na Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, a Deputada Marcia Lia e o Deputado Luiz Fernando como membros substitutos, em substituição à Deputada Beth Sahnão e ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Atividades Econômicas, os Deputados Carlos Neder e Professor Auriel como membros substitutos, em substituição à Deputada Beth Sahnão e ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação, o Deputado José Américo como membro substituto, em substituição ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Deputado Professor Auriel como membro efetivo, em substituição à Deputada Marcia Lia;

- na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, a Deputada Beth Sahnão como membro efetivo, em substituição ao Deputado João Paulo Rillo, que passa à condição de substituto, e o Deputado Luiz Fernando como substituto, em substituição ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, o Deputado João Paulo Rillo como membro efetivo, em substituição à Deputada Beth Sahnão, que passa à condição de substituto.

- na Comissão de Fiscalização e Controle, o Deputado Luiz Fernando como membro efetivo, em substituição ao Deputado Alencar Santana Braga, e a Deputada Marcia Lia e o Deputado Luiz Turco como substitutos, em substituição à Deputada Beth Sahnão e ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Infraestrutura, o Deputado Luiz Turco como membro efetivo, em substituição ao Deputado Professor Auriel, e os Deputados José Américo e Luiz Fernando como substitutos, em substituição à Deputada Beth Sahnão e ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Deputado Professor Auriel como membro substituto, em substituição ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Saúde, a Deputada Ana do Carmo como membro substituto, em substituição ao Deputado Geraldo Cruz;

- na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, o Deputado Luiz Fernando como membro efetivo, em substituição ao Deputado Teonílio Barba, que passa à condição de substituto, em substituição à Deputada Beth Sahnão; e

- na Comissão de Transportes e Comunicações, o Deputado Teonílio Barba como membro substituto, em substituição ao Deputado João Paulo Rillo.

Assembleia Legislativa, em 30 de abril de 2015.

a) FERNANDO CAPEZ - Presidente

ATO Nº 103, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nomeia o Deputado Carão Pignatari como membro efetivo na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em substituição ao Deputado Roberto Massafera. Nos mesmos termos, nomeia o Deputado Mauro Bragato como membro efetivo na Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação, em substituição ao Deputado Carão Pignatari, e o Deputado Roberto Massafera como membro efetivo na Comissão de Fiscalização e Controle, em substituição ao Deputado Carão Pignatari, que passa à condição de substituto.

Assembleia Legislativa, em 29 de abril de 2015.

a)FERNANDO CAPEZ - Presidente

(Republicado por ter saído com incorreções no D. A. L. de 30/04/2015)

ATO Nº 103, DE 2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e observada a indicação da Liderança da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nomeia o Deputado Carão Pignatari como membro efetivo na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em substituição ao Deputado Roberto Massafera. Nos mesmos termos, nomeia o Deputado Mauro Bragato como membro efetivo na Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação, em substituição ao Deputado Carão Pignatari, e o Deputado Roberto Massafera como membro efetivo na Comissão de Fiscalização e Controle, em substituição ao Deputado Carão Pignatari, que passa à condição de substituto.

Assembleia Legislativa, em 29 de abril de 2015.

a)FERNANDO CAPEZ - Presidente

(Republicado por ter saído com incorreções no D. A. L. de 30/04/2015)

Pauta

4 DE MAIO DE 2015 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1º Sessão

1 - Projeto de lei nº 542, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Dr. Faustino Nelson D’Avila" ao Hospital Regional de São José dos Campos.

2 - Projeto de lei nº 543, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública o "Instituto Sonho Vivo", em Bebedouro

3 - Projeto de lei nº 544, de 2015, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Prefeito Belmiro Joveliano" ao viaduto localizado entre os kms 318 e 319 da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326, em Santa Ernestina.

4 - Projeto de lei nº 545, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Piquete como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 546, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Potim como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 547, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Redenção da Serra como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 548, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Queluz como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 549, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 550, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Dá a denominação de "Prefeito Alidino Valter Bonini" à ponte sobre o Rio Tietê localizada no km 206 da Rodovia Assis Chateaubriand (sentido Barbosa/São José do Rio Preto), em Barbosa.

10 - Projeto de lei nº 551, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 552, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santo Antonio do Pinhal como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 553, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Taubaté como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 554, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Apiaí como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 555, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Barra do Chapéu como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 556, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Barra do Turvo como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 557, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cajati como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 558, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itaoca como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 559, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Juquiá como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 560, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itapirapuã Paulista como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 561, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Dra. Mônica Sanches Pretel e Pretel" ao trevo localizado no km 592 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, entre os Municípios de Santo Anastácio e Presidente Bernardes.

21 - Projeto de lei nº 562, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Armando Quintana Guinossi" ao trevo localizado no km 603+100m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, entre os Municípios de Santo Anastácio e Piquerobi.

22 - Projeto de lei nº 563, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Transforma Itapeva como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 564, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Miracatu como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 565, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Caná", em Bauru.

25 - Projeto de lei nº 566, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Jesuíno Marcos Maguila - Magnificat", em Mogi Mirim.

26 - Projeto de lei nº 567, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Pariquera-Açu como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 568, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itariri como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 569, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Jacupiranga como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 570, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Classifica Monte Alto como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 571, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Taquarituba como Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 572, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 573, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Guapura como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 574, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Itapirapuã Paulista como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 575, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Itaoca como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 576, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Ribeira como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 577, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Angatuba como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 578, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Capão Bonito como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 579, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Campina do Monte Alegre como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 580, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Sarapuí como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 581, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Alambari como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 582, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Capela do Alto como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 583, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Araçoiaba da Serra como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 584, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Pedro de Toledo como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 585, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Registro como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 586, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Guareí como Município de Interesse Turístico.

46 - Moção nº 28, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2011, que institui a obrigatoriadede de elaboração e cumprimento do plano de metas pel Poder Executivo municipal, estadual e federal, com base nas propostas da campanha eleitoral, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

2º Sessão

1 - Projeto de lei nº 530, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Revoga o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

2 - Projeto de lei nº 531, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, acrescentando o inciso IX ao seu artigo 13.

3 - Projeto de lei nº 532, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a prevenção de acidentes em piscinas no âmbito do Estado.

4 - Projeto de lei nº 533, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre o registro e identificação de cães e gatos no Estado.

5 - Projeto de lei nº 534, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Paraibuna como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 535, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Monteiro Lobato como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 536, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Natividade da Serra como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 537, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Antonio Medeiro de Lisboa Filho" à Casa da Agricultura de Cândido Rodrigues.

9 - Projeto de lei nº 538, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Cria o Conselho Escolar Antídrogas em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Estado.

10 - Projeto de lei nº 539, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "ONG de Proteção Ambiental Agua Viva", em Mineiros do Tietê.

11 - Projeto de lei nº 540, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "Associação dos Produtores Rurais de Lagoinha - APRULAG", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 541, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Institui o "Dia da Coreografia e Dança dos Grupos das Igrejas Evangélicas".

13 - Moção nº 27, de 2015, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que determinem aos órgãos competentes a elaboração de estudos para a criação e desenvolvimento de Projeto de Lei ou normativa que tenha por escopo a proibição da comercialização das denominadas "redes de neblina" ou "redes japonesas", responsáveis pela captura e consequente venda clandestina de um grande número de aves do País.

4º Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao § 1º do artigo 10 da Lei Complementar nº 734, de 1993, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

3 - Projeto de lei nº 522, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Assegura tratamento prioritário no embarque de veículos no serviço de travessia marítima por balsas a todos os veículos automotores com placa dos respectivos municípios nos quais ocorra o transporte.

4 - Projeto de lei nº 523, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Educacional Circense Tapias Voadores", em Diadema.

5 - Projeto de lei nº 524, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 525, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Thomaz Rodrigues Alckmin" ao Poupatempo de Mauá.

7 - Projeto de lei nº 526, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Cubatão como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 527, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Teodorenos Recuperando Vidas - ATREV", em Teodoro Sampaio.

9 - Projeto de lei nº 528, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o Centro de Convivência da Terceira Idade "Terra das Garças", em Guaratinguetá.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 13, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução nº. 576, de 1970, com modificações posteriores, que trata do Regimento Interno.

2 - Projeto de lei nº 500, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Areias como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 501, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arapeí como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 502, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Branca como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 503, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatória a instalação de equipamentos para tratamento e reúso da água empregada na lavagem de veículos.

6 - Projeto de lei nº 504, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 505, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cachoeira Paulista como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 506, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Institui o "Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus".

9 - Projeto de lei nº 507, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade de detalhamento de informações sobre valores faturados nas contas de serviços públicos de energia elétrica prestados aos consumidores residenciais no Estado.

10 - Projeto de lei nº 508, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade na obtenção de cópias xerográficas gratuitas a todo cidadão que necessitar dos Serviços Públicos no Estado.

11 - Projeto de lei nº 509, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a construção de dique de contenção em todos os armazéns de açúcar do Estado.

12 - Projeto de lei nº 510, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos do Basquete de Barretos", naquele Município.

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

comunicado

Aos Assinantes do Diário Oficial

A Imprensa Oficial do Estado de São Paulo informa a todos os assinantes que o prazo para reclamação do não recebimento do exemplar do Diário Oficial, em domicílio, é de no máximo 48 horas após a data da edição do jornal.

Após esse período,o exemplar será enviado conforme disponibilidade em nosso estoque.

Gerência de Produtos Gráficos e de Informação